

1 CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA-
2 CEAS/SC aos dezoito dias do mês de março na Secretaria de Estado de Assistência
3 Social, Trabalho e Habitação – SST foi realizada a 2ª Reunião Plenária Ordinária do
4 ano de dois mil e catorze, do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa
5 Catarina, sob a Coordenação da Presidente do CEAS/SC, Senhora Solange Bueno. A
6 Reunião Plenária contou com a presença dos Conselheiros (as) Titulares e Suplentes,
7 representantes das Organizações Governamentais: Conselheira Titular Sonia Maria
8 dos Santos Fernandes representante da Secretaria de Estado de Educação,
9 Conselheiro Titular Amarildo Vando Albino representante da Secretaria de Estado da
10 Saude, Conselheira Titular Glorisse Lurdes Benincá representante da Secretaria de
11 Estado da Agricultura – SAR; Conselheira Titular Simone Cristina Vieira Machado
12 representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação –
13 SST; Trabalho e Habitação – SST; Conselheira suplente Fabiana Vieira representante
14 da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST;
15 Conselheiro Titular Jerônimo Luiz Duarte Maia representante da Secretaria de Estado
16 da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Suplente Monica
17 Moraes representante da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE,
18 Conselheira Titular Ana Paula Medeiros e Silva Vicente representante da Federação
19 Catarinense dos Municípios – FECAM e Conselheira Suplente Rosi Voltolini
20 representante da Federação Catarinense dos Municípios – FECAM. Conselheiros (as)
21 Titulares e Suplentes representantes das Organizações não Governamentais:
22 Conselheira Titular Kelly Aparecida dos Santos representante do Centro Cultural
23 Escrava Anastácia – CCEA; Conselheira Titular Maria Aparecida da Fonseca
24 representante da Cáritas Brasileira – Regional Santa Catarina; Conselheira Titular
25 Nayanna Moser Zacchi representante da Fundação CASAN – FUCAS; Conselheiro
26 Suplente Amilton Gonçalves representante da Sociedade Espírita Obreiros da Vida
27 Eterna – SEOVE; Conselheira Suplente Maria Joana Barni Zucco representante da
28 Pastoral de Pessoa Idosa; Conselheiro Titular Sergio Maurici Bernardo representante
29 da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Conselheiro Suplente Igor Schutz dos
30 Santos representante do Conselho Regional de Psicologia – CRP/SC 12º Região;
31 Conselheira Titular Elisabeth Ferrer representante do Fórum Estadual Permanente de
32 Assistência Social – FEPAS, Conselheira Titular Solange Bueno representante da
33 Associação Catarinense para Integração ao Cego – ACIC, Conselheiro Suplente
34 Daniel Paz dos Santos representando o Movimento da População em Situação de Rua
35 e Conselheiro Suplente Sidnei Pavesi representante da Federação Catarinense de
36 Entidades de e Para Cegos - FECEC. Convidados e Participantes: Lucimara Poletti
37 estudante do curso Serviço Social – UFSC e estagiária do CEAS; Marisa Marili
38 Svoboda Idalencio e Patricia de L.P de Souza - OKE/SC. A Presidente Solange inicia
39 desejando uma boa tarde e solicita a todos uma breve apresentação. A Conselheira
40 Presidente inicia sugerindo que fosse numerado as Plenárias do CEAS de maneira
41 continua e não anual como é feita. Dando inicio a pauta a estagiária faz a leitura do
42 edital de convocação: A Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social –
43 CEAS/SC, no uso de suas atribuições regimentais, convoca os Conselheiros Titulares
44 e Conselheiros Suplentes para a REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA de 18/03/2014,
45 terça-feira, com início às 13h30min em primeira convocação e às 13h45min em
46 segunda convocação, com previsão de término para as 18h, na Sala de Reuniões da
47 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST, na Avenida
48 Mauro Ramos, nº 722, Centro, Florianópolis/SC, Fone: (48) 3664 0712, para
49 deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Levantamento do Quorum
50 Regimental; 2. Aprovação das Justificações dos Conselheiros Ausentes; 3. Leitura e
51 Aprovação da Ordem do Dia; 4. Aprovação da ata da Reunião Plenária Ordinária de
52 18 de fevereiro de 2014; 5. Participação do Secretário de Estado de Assistência Social,
53 Trabalho e Habitação, Sr. Jorge Teixeira; 8. Encaminhamentos da Comissão de
54 Normas referente a alteração da Lei do CEAS; 9 .Recomposição das Comissões
55 Temáticas. Inclusão ponto de Pauta: Informes: Reunião Ordinária CNAS, Reunião

Trimestral CNAS, Convite Coegemas; Caderno de Orientação CNAS: Processo Eleitoral dos(as) representantes da Sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social; Greve dos servidores da SST. A Conselheira Presidente sugere que o item de inclusão de pauta seja após a aprovação da ata. Leitura das justificativas dos conselheiros ausentes: Arlete, Lirous, Elaine e André justificaram. Em regime de votação a Ordem do Dia é aprovada. Seguindo a pauta no item aprovação da Ata da reunião plenária do mês anterior, foi feita algumas correções na escrita, aprovada por todos. Continuando a pauta o item dos informes: Convite COEGEMAS/SC: “O COEGEMAS/SC é uma entidade que congrega os Secretários Municipais de Assistência Social, com o apoio da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, unindo forças com 21 Colegiados Regionais de Assistência Social, visando a melhoria da eficiência das Secretarias Municipais de Assistência Social na consolidação do SUAS, promovem o I Encontro Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social –COEGEMAS/SC. O I Encontro Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social –COEGEMAS/SC acontecerá no dia 14 de maio, antecedendo o V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores do SUAS, no entanto , o COEGEMAS/SC convida a Senhora para compor a mesa de autoridades, bem como realizar seu pronunciamento às 09:00h, no Centro de Eventos de Chapecó/SC. Destacamos que sua presença enquanto Presidente do CEAS/SC será de extrema importância para abrilhantar o evento,e dará a oportunidade de aproximação dos Secretários(as) Municipais de Assistência Social. Para o COEGEMAS/SC dar prosseguimento na organização da programação, aguardamos a vossa confirmação através do email social@tresbarras.sc.gov.br até o dia 21 de março de 2014”. A Presidente se coloca a disposição para participação no evento, porem se preocupa quanto ao material que levará. O Conselheiro Igor expõe que vai estar presente no V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores do SUAS e caso necessite se dispõe em elaborar o material. A conselheira Simone e Fabiana também se dispõe a contribuir com o material, pois também irão estar presente neste Encontro. A Presidente gostaria que caso tenha fala, que fosse construído algum material a respeito do assunto abordado no encontro. O Conselheiro Sergio sugere primeiramente confirmar se a Presidente terá tempo de fala para em seguida elaborar o material e se dispõe a contribuir. Na sequência dos Informes: Reunião Ordinária CNAS, Reunião Trimestral CNAS e Caderno de Orientação CNAS: Processo Eleitoral dos(as) representantes da Sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social: a Presidente informa sobre a reunião em que ela e a Conselheira Kelly estiveram presentes: No primeiro dia foi a Reunião da Comissão de Normas, sendo um dos pontos de pauta a Resolução nº16 tendo como proposta a alteração de alguns artigos, um deles é o artigo 11 que define quem pode se escrever como entidade de assistência social, onde havia um movimento muito forte para essa alteração, no entanto depois de muita discussão ficou definido que não iriam concluir e isso foi levado para o Pleno do CNAS. No segundo dia foi aprovado o Caderno de Orientação CNAS: Processo Eleitoral dos(as) representantes da Sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social para orientar os Conselhos Municipais sobre a eleição da sociedade civil. No terceiro dia o pleno ficou em cima da Resolução nº16, sendo deliberado após varias discussões sobre a alteração do artigo e foi realizado uma votação nominal onde foi mantida a Resolução nº16 como foi criada, não havendo alteração nesses artigos. Porem a Resolução nº16 continua em discussão na comissão de Normas, mas com relação às alterações ficou definido que os mesmos serão mantidos. Sobre a Resolução nº 12.686 de certificação ficou em aberto para discussão como ponto de pauta no CNAS. No quarto dia foi feito uma análise pelos Conselhos Estaduais da IX Conferencia de Assistência Social em âmbito estadual e municipais, onde cada conselho pode se posicionar. E por fim o Conselho Nacional abordou a questão do Programa de Alimentos com relação ao decreto que solicita que os conselhos municipais inscrevam as entidades que doam alimentos, esclarecendo que não é obrigação dos conselhos municipais de assistência social inscrever, somente se caracterizar entidade de assistência social. A conselheira

111 presidente falou sobre a importância do CEAS em participar dessas reuniões. A
112 conselheira Kelly expõe que para ela foi um incentivo participar desta reunião, pois
113 saiu motivada para continuar a lutar para que a assistência social seja efetivada.
114 Lembra que as discussões a respeito da Resolução nº16 na Plenária do CNAS além
115 de ser democráticas e respeitadas são muito bem argumentadas e na sua visão isso é
116 muito enriquecedor. Refere também que pessoalmente enquanto conselheira quando
117 tem alguma discussão não se fundamenta e percebeu essa diferença quando um
118 conselheiro se debruça em cima dos documentos, estuda e coloca um posicionamento
119 ético, político de alguém que conhece o que está falando. A conselheira Solange
120 expõe que será enviado por email os materiais do CNAS, um deles é o Caderno de
121 Orientação CNAS: Processo Eleitoral dos(as) representantes da Sociedade civil nos
122 Conselhos de Assistência Social. A Conselheira Presidente informa que a Lei de
123 certificação nº 12.686 estará como ponto de pauta na próxima reunião do CNAS e
124 acredita ser importante a participação do CEAS na Plenária Nacional, principalmente
125 algum conselheiro que compõe a comissão de normas. Informa também que a reunião
126 do CNAS será dia 08 de abril onde propõe a alteração da plenária do CEAS para dia
127 15 de abril. Os conselheiros que compõe a comissão de Normas não podem estar
128 participando nesta data e por isso a Conselheira Simone propõe enquanto SST a
129 alteração da conselheira Fabiana da Comissão de Financiamento para a Comissão de
130 Normas e assim acompanhar a conselheira Presidente na próxima Reunião do CNAS
131 nos dias 08 a 10 de abril. Todos conselheiros concordam com a alteração da data da
132 Plenária do mês de abril do dia 08 para dia 15 de abril em virtude da ausência da
133 Conselheira Presidente no dia 08. Continuando é feita a leitura do informativo de
134 greve dos servidores da SST: Greve dos servidores da Secretaria de Estado de
135 Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC): Informamos que foi deflagrada
136 GREVE GERAL dos servidores da SST (envolvendo principalmente a Diretoria de
137 Assistência Social) a partir de 10 de março/2014, por tempo
138 indeterminado. Salientamos que o atual governo de Estado de Santa Catarina,
139 Raimundo Colombo, vem negando sistematicamente direitos dos trabalhadores e
140 tratando servidores estaduais de forma diferenciada, privilegiando alguns em
141 detrimento de outros. Portanto, a GREVE GERAL foi estratégia necessária de luta
142 contra o descaso do governo no tratamento dos servidores públicos. As principais
143 reivindicações são: - Cumprimento do Art. 1º da Lei nº 15.695/2011 – Reajuste anual
144 dos vencimentos pela inflação; - Reajuste das diárias em 100% e pagamento de diária
145 para viagens a municípios limítrofes; - Novo Plano de Carreiras e de vencimentos; -
146 Aumento do valor do vale-alimentação; - Concurso Público; - Melhoria das condições
147 de trabalho; - Recomposição no vencimento das perdas salariais históricas, de acordo
148 com a inflação; - Isonomia das gratificações, estendendo a todos os servidores a
149 recém-criada Gratificação de PRÓ-EFICIÊNCIA (paga apenas para IPREV, SEA e
150 PGE); - Antecipação do cronograma de pagamento da Gratificação de Produtividade;
151 Será realizada no dia 18 de março uma Assembleia Geral, às 14h, na Praça Olívio
152 Amorim - Centro – Florianópolis, quando serão avaliadas as ações do governo quanto
153 à pauta. A conselheira Presidente solicita a todos um o posicionamento do CEAS a
154 respeito da Greve dos trabalhadores. O conselheiro Sergio enquanto representante
155 dos trabalhadores sugere que o Conselho e os Fóruns manifestem apoio tendo em
156 vista que quando os sindicatos decidem deflagrar a greve é porque esgotou todas as
157 possibilidades de diálogo, negociação. Lembra ainda que a greve deve ser a última
158 ferramenta por considerar que prejudica a população. É importante que espaços de
159 controle social se posicionem em favor dos trabalhadores e lembra que o fato de no
160 conselho ter representação do governo, os mesmos não deixam de ser trabalhadores
161 e podem se posicionar, pois muitos podem achar indigesto se manifestar contra o
162 governo. E finaliza se dispondo a construir uma carta de apoio e após a reunião do
163 CEAS se compromete a estar presente na Assembleia Geral. A conselheira Elisabeth
164 coloca que independentemente da representação enquanto governo e sociedade civil
165 o papel do conselho é lutar pelos trabalhadores, pela efetivação da política com

166 qualidade e isso acarreta em melhores condições de estrutura, recursos humanos e
167 salários. O conselheiro Jerônimo expõe que o trabalhador do serviço público é o
168 trabalhador que esta a disposição da sociedade e que esta mais em contato com o
169 povo vulnerável e que precisa de melhores condições de trabalho. Continua, citando
170 exemplo de trabalhadores de outras secretarias como assistentes sociais que estão
171 ganhando hoje mais que o dobro de assistentes sociais desta secretaria (SST). O
172 conselheiro Igor lembra que em uma das primeiras participações como conselheiro
173 nas reuniões do CEAS foi análise da Conferencia Estadual e já se discutia a questão
174 da situação dos trabalhadores especificamente do estado. A conselheira Presidente
175 coloca a todos que o conselho tem uma grande força e gostaria de saber sugestões
176 para que o CEAS oficialmente possa contribuir a esses trabalhadores. O conselheiro
177 Sergio coloca que em primeiro momento deve-se concluir se o conselho vai apoiar a
178 Greve dos servidores, em seguida quais os encaminhamentos do conselho em relação
179 à Greve. A conselheira Simone propõe como encaminhamento somente o apoio a
180 pauta de reivindicações como a ampliação dos servidores conforme deliberação na
181 conferencia estadual, considerando que a maioria estão trabalhando normalmente
182 dando continuidade nos serviços, sendo somente alguns servidores da Diretoria da
183 DIAS (área de assistência social)os trabalhadores que aderiram a greve e os outros
184 setores não. A conselheira Elizabeth argumenta que por se tratar da maioria dos
185 trabalhadores que aderiram a greve ser da área de assistência social e sendo este
186 conselho de assistência social devemos sim apoiar a greve aos servidores. A
187 conselheira Maria Joana Zucco concorda com a conselheira Simone quando diz em
188 apoiar as reivindicações, pedindo urgência nas mesmas para que o prolongamento
189 desta greve não dificulte ainda mais o exercício do trabalho do profissional de
190 assistência social não prejudicando o usuário desta política. O conselheiro Daniel
191 expõe que entendeu que o conselho pode ficar em cima do muro, mas apoiando ou
192 não a greve o grande prejudicado disso tudo será sempre o usuário e o próprio
193 trabalhador pela condição de trabalho. A partir da discussão de apoiar ou não apoiar a
194 conselheira Presidente coloca em regime de votação nominal: Os Conselheiros
195 Governamentais titulares presentes que apoiam a greve foram: Conselheira Titular
196 Glorisse Lurdes Benincá representante da Secretaria de Estado da Agricultura – SAR;
197 Conselheira Titular Ana Paula Medeiros e Silva Vicente representante da Federação
198 Catarinense dos Municípios – FECAM. Os Conselheiros (as) não Governamentais
199 Titulares presentes representantes das Organizações que apoiam a greve foram:
200 Conselheira Titular Kelly Aparecida dos Santos representante do Centro Cultural
201 Escrava Anastácia – CCEA; Conselheira Titular Maria Aparecida da Fonseca
202 representante da Cáritas Brasileira – Regional Santa Catarina; Conselheira Titular
203 Nayanna Moser Zacchi representante da Fundação CASAN – FUCAS; Conselheiro
204 Amilton Gonçalves representante da Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna –
205 SEOVE; Conselheiro Titular Sergio Maurici Bernardo representante da Central Única
206 dos Trabalhadores – CUT, Conselheiro Suplente Igor Schutz dos Santos
207 representante do Conselho Regional de Psicologia – CRP/SC 12º Região; Conselheira
208 Titular Elisabeth Ferrer representante do Fórum Estadual Permanente de Assistência
209 Social – FEPAS, Conselheira Titular Solange Bueno representante da Associação
210 Catarinense para Integração ao Cego – ACIC, e Conselheiro Sidnei Pavesi
211 representante da Federação Catarinense de Entidades de e Para Cegos - FECEC. Os
212 Conselheiros Governamentais titulares presentes que não apoiam a greve foram:
213 Conselheira Titular Sonia Maria dos Santos Fernandes representante da Secretaria de
214 Estado de Educação, Conselheiro Titular Amarildo Vando Albino representante da
215 Secretaria de Estado da Saude, Conselheira Titular Simone Cristina Vieira Machado
216 representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação –
217 SST; Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Fabiana Vieira representante da
218 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST e
219 Conselheira Suplente Monica Moraes representante da Fundação Catarinense de
220 Educação Especial – FCEE. Após 11 votos a favor e 5 contra a Conselheira

221 Presidente pergunta a todos qual o encaminhamento que o conselho vai realizar. O
222 Conselheiro Sergio sugere encaminhar um documento para o Sindicato – Sintesp, com
223 copia para a Assembleia Legislativa. A conselheira Maria Joana Zucco acredita que o
224 documento deve ser direcionado ao Governador e o Secretario da pasta. O
225 Conselheiro Sergio se propõe a escrever a proposta inicial de texto de Apoio a Greve,
226 encaminha por email e todos os conselheiros que apoiaram para complementar e em
227 seguida a Conselheira Maria Joana Zucco para realizar uma revisão do texto. O
228 próximo ponto de pauta: Participação do Secretário de Estado de Assistência Social,
229 Trabalho e Habitação, Sr. Jorge Teixeira. A Conselheira Solange gostaria de deixar
230 registrado que foi encaminhado convite ao Secretario e o mesmo respondeu o ofício
231 por email: Senhora Vice-Presidente: em atenção ao Ofício nº 99/2014/CEAS/SC
232 informamos que o Secretário Jorge Teixeira estará em Brasília em reunião no
233 Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS no próximo dia 18, e
234 no dia 19 , participará da reunião do FONSEAS e da CIT, e por isso, não poderá
235 comparecer à Reunião Plenária Ordinária do CEAS/SC. De ordem do Secretário,
236 agradecemos o convite. A Conselheira Presidente consulta os conselheiros se
237 mantém o convite para a próxima Plenária de Abril. Todos os conselheiros presentes
238 concordam em manter o convite. Seguindo o próximo ponto: Encaminhamentos da
239 Comissão de Normas referente a alteração da Lei do CEAS. A Conselheira Presidente
240 explica que ficou definido na última reunião que a Comissão de Normas construiria um
241 ofício a ser encaminhado ao Secretario de Assistência Social sobre a alteração da Lei
242 do CEAS. A Conselheira Maria Joana Zucco antes de proceder a leitura explica que
243 entrou em contato com a Deputada Luciana Carminatti para maiores esclarecimentos
244 sobre qual encaminhamento a ser feito. A Conselheira Maria Joana Zucco realiza as
245 leitura do oficio a todos presentes: Sr. Secretário. Na oportunidade de sua posse como
246 Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, o Conselho
247 Estadual de Assistência Social (CEAS) lhe dá boas vindas e se coloca à disposição
248 para um diálogo fraterno e democrático em prol da contínua e crescente
249 implementação das políticas públicas de assistência social, garantidoras dos mínimos
250 sociais a toda a população catarinense. Sabemos que a democracia participativa, no
251 que concerne à formulação das políticas e ao controle das ações governamentais na
252 área da Assistência Social, em todos os níveis, é preceito constitucional (art. 204, II) e
253 se materializa por meio dos Conselhos de Defesa de Direitos. Esse preceito é
254 reiterado no art. 5º da Lei 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência
255 Social (LOAS), na qual os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência
256 Social são conceituados como instâncias permanentes, deliberativas e paritárias –
257 principais instrumentos do sistema participativo e descentralizado de gestão, instituído
258 pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social. A competência dos Conselhos
259 Estaduais, Municipais e Distrital de Assistência Social para acompanhar a execução
260 da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em
261 consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e
262 municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, está claramente consignada no art.
263 17, §4º, da Lei 8.742/93, ainda mais revigorada pela redação da Lei 12.435, de 2011,
264 que alterou a LOAS. Em assim sendo, a paridade de direito e de fato desses
265 Conselhos – para um efetivo controle social – deve ser respeitada, não podendo o
266 executivo, ainda que legitimado, fazer uso de seu poder discricionário na constituição
267 desses Conselhos para garantir a condução das políticas de Assistência Social
268 segundo a vontade do Governo. Nesse sentido, entendemos que é preciso que se
269 avalie criteriosamente as competências das Secretarias de Estado e de outros órgãos
270 governamentais para definir, fundamentadamente, quais os que deverão ocupar os
271 assentos do CEAS. Referimo-nos, aqui, ao ocorrido recentemente com a Lei
272 16.340/2014 (anexa), que alterou a composição do CEAS. O projeto de lei que lhe deu
273 origem nasceu no Gabinete da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
274 Habitação, no início de 2013, inteiramente à revelia do Conselho Estadual de
275 Assistência Social! Ainda que inteiramente justificada a atualização do nome da pasta

responsável pela Assistência Social, a alteração da constituição do CEAS lhe diz respeito diretamente e, por isso, não poderia – ou, pelo menos, não DEVERIA, do ponto de vista ético e político – ter sido tomada sem qualquer consulta e nem mesmo informação ao CEAS. O referido Projeto de Lei (0165.0/2013) tramitou na Assembléia Legislativa e, aprovado, originou a Lei 16.340, sancionada pelo governador em 21 de janeiro de 2014, e publicada no DOE no dia seguinte. A Secretaria Executiva do CEAS, assim como sua presidente, só tomaram conhecimento desta alteração 05/02/2014, quando um ofício da SST/SC enviou cópia da mencionada Lei para conhecimento e cumprimento. Este fato, levado à plenária do dia 18 de fevereiro, surpreendeu e causou indignação geral por vários motivos, dentre os quais se destacam: 1) Origem e tramitação inteiramente à revelia do CEAS; 2) Nenhuma justificativa para substituir a Secretaria da Agricultura pela Secretaria de Segurança Pública; 3) Não trouxe nenhuma solução prática e nenhum benefício ao CEAS. Pelo contrário. A Secretaria retirada do rol das entidades governamentais, assim como a FECAM têm representações ativas, participantes, e com mandato vigente. A alteração da composição exige consequente alteração e aprovação do Regimento Interno do CEAS, o que precisaria ser feito em tempo recorde, tendo em vista a data para indicação dos novos representantes governamentais. 4) Considerando as competências do CEAS, os municípios, como grandes interessados e beneficiários das políticas públicas de assistência social, deveriam, sim, estar representados neste Conselho, até para garantir um mais efetivo controle social sobre os recursos e as políticas públicas de assistência social. A retirada da FECAM sem a inclusão do COEGEMAS deixou o CEAS mais enfraquecido e vulnerável no seu papel de controle social. Estranhamente, o então Secretário da SST/SC percebeu o equívoco vigente com a histórica inclusão da FECAM dentre os órgãos governamentais, mas, ao mesmo tempo, repetiu, em sua proposta, o mesmo equívoco, ao incluir o COEGEMAS, composto por gestores de Assistência Social, nas entidades não governamentais. Bastava olhar para a Composição do CNAS e observar a inclusão do CONGEMAS no rol dos representantes governamentais. Por fim, o CEAS ressalta, principalmente, que esta lei é extemporânea e inoportuna. Neste momento, após o amadurecimento das alterações trazidas à LOAS pela Lei 12.435/2011 (criação do SUAS) e pela Resolução 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS – NOB/SUAS –, o CEAS discute, de forma ampla e sistemática, todas essas questões e prepara um anteprojeto de lei que pretende submeter a V.Exa. ainda neste ano. Não é, pois, o momento de “remendar” sua Lei de regência e seu Regimento Interno de forma apressada e aleatória. Diante do exposto, solicitamos a compreensão e o apoio de V.Exa. no sentido de enviar novo Projeto de Lei ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, com o intuito de alterar o art. 6º da Lei 16.340/2014, com a seguinte redação: “Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.” Com esta medida, o CEAS terá tempo suficiente para discutir e aprovar o novo anteprojeto de Lei, acima mencionado, e elaborar seu Regimento Interno para imediata aprovação tão logo a Lei seja publicada. Diante do exposto acima solicitamos uma reunião com V.Exa. para esclarecimentos de dúvidas e encaminhamentos a respeito desse assunto tão importante ao Conselho Estadual de Assistência Social. Esperando que Vos.Exa. entenda a importância do nosso pleito, subscrevo-me. Respeitosamente, Solange Bueno. Presidente do CEAS/SC. Após leitura e discussão a Conselheira Maria Joana reitera a questão de que o Secretário fez não foi ilegal, mas não teve participação política e democrática. O Conselheiro Sidnei entende que não foi ilegal, mas foi estranho, pois muda-se as regras do jogo e não se avisa os jogadores. A Conselheira Glorisse deixa registrada a sua indignação em relação a uma possível retirada da Secretaria de Agricultura, pois entende que a mesma também trabalha com a política de Assistência Social defendendo assim a permanência da Secretaria de Agricultura neste conselho. A mesma conselheira resgata inclusive o trabalho que realiza com as famílias rurais, público da assistência social. A conselheira Solange esclarece que a prioridade agora é apurar os tramites para o projeto de lei e fala a todos que a

331 Comissão de Normas e Mesa Diretora sugeriu a contratação de uma profissional para
332 assessorar a construção da Lei CEAS. A Conselheira Elisabeth sugere a aprovação do
333 documento e que a entrega seja por via de uma comissão para entregar em mãos ao
334 Secretário. Por fim o ofício é aprovado com algumas sugestões e alterações na
335 escrita. Em seguida o próximo ponto é a Recomposição das Comissões Temáticas.
336 Após saída de alguns conselheiros (as) e inserção de outros (as) nas Comissões
337 Temáticas, a composição ficou da seguinte forma: Na COMISSÃO DE
338 ACOMPANHAMENTO A GESTÃO ESTADUAL DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS E
339 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA; Governamentais: Simone Cristina
340 Vieira Machado representante da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho
341 e Habitação SST (governamental); Glorisse Lurdes Benincá representante da
342 Secretaria de Agricultura; Sonia Maria dos Santos Fernandes representante da
343 Secretaria de Educação – SED e Juçara Teixeira de Borba Schefer representante da
344 Secretaria de Educação – SED. Não Governamentais: Sérgio Maurici Bernardo
345 representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Amilton Gonçalves
346 representante da Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna – SEOVE e Lirous
347 Fonseca Àvila representante da Associação em defesa dos Direitos Humanos com
348 Enfoque na Sexualidade – ADEH. Na COMISSÃO DE POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA
349 SOCIAL: Governamental: Jeronimo Luiz Duarte Maia representante da Secretaria de
350 Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Ana Paula Medeiros e
351 Silva Vicente representante da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e
352 Monica Moraes representante da Fundação Catarinense de Educação Especial –
353 FCEE. Não Governamental: Kelly Aparecida dos Santos representante do Centro
354 Cultural Escrava Anastácia – CCEA; Elisabeth Ferrer representante do Fórum
355 Estadual Permanente de Assistência Social – FEPAS e Nayana Moser Zach
356 representante Fundação CASAN – FUCAS. Na COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO
357 A GESTÃO ESTADUAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO PROGRAMA DE
358 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: Governamental: Simone Cristina Vieira
359 Machado representante da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e
360 Habitação SST; Sonia Maria dos Santos Fernandes representante da Secretaria de
361 Educação – SED e Juçara Teixeira de Borba Schefer representante da Secretaria de
362 Educação – SED. Não Governamental: Sérgio Maurici Bernardo Coordenador da
363 comissão representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Amilton
364 Gonçalves representante da Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna – SEOVE;
365 Lirous Fonseca Àvila representante da Associação em defesa dos Direitos Humanos
366 com Enfoque na Sexualidade – ADEH e Elisabeth Ferrer representante do Fórum
367 Estadual Permanente de Assistência Social –FEPAS. Na COMISSÃO DE
368 ACOMPANHAMENTO AO CENTRO EDUCACIONAL SÃO GABRIEL: Governamental:
369 Ana Paula Medeiros e Silva Vicente Coordenadora da Comissão representante da
370 Federação Catarinense de Municípios – FECAM; Elaine Carmelitta Piucco
371 representante da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE e Amarildo
372 Vando Albino representante da Secretaria de Estado da Saúde – SES. Não
373 Governamental: Solange representante da Associação Catarinense de Integração ao
374 Cego – ACIC; Lirous Fonseca Àvila representante da Associação em defesa dos
375 Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade – ADEH e Kelly Aparecida dos Santos
376 representante do Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA. Na COMISSÃO DE
377 ACOMPANHAMENTO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
378 Governamental: Simone Cristina Vieira Machado representante da Secretaria de
379 Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Ana Paula Medeiros e
380 Silva Vicente representante da Federação Catarinense de Municípios – FECAM.
381 Não Governamental: Solange Bueno – representante da Associação Catarinense de
382 Integração ao Cego – ACIC; Maria Aparecida da Fonseca representante da Caritas
383 Brasileira – Regional Santa Catarina e Igor Schutz dos Santos representante do
384 Conselho Regional de Psicologia – CRP/SC 12º Região. Na COMISSÃO DE
385 FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Governamental:

386 Jerônimo Luiz Duarte Maia representante da Secretaria de Estado de Assistência
387 Social, Trabalho e Habitação – SST e Rosi Voltolini representante da Federação
388 Catarinense de Municípios – FECAM. Não Governamental: Solange Bueno –
389 representante da Associação Catarinense de Integração ao Cego – ACIC e Livia Maria
390 Fontana Coordenadora Adjunta representante do Sindicato dos Psicólogos – SINPSI.
391 Na COMISSÃO DE NORMAS: Governamental; Fabiana Vieira representante da
392 Secretaria de Estado Assistência Social Trabalho e Habitação - SST; Glorisse Lurdes
393 Benincá Coordenadora da Comissão representante da Secretaria de Agricultura e
394 Juçara Teixeira de Borba Schefer representante da Secretaria de Educação – SED.
395 Não Governamental: Solange Bueno representante da Associação Catarinense de
396 Integração ao Cego – ACIC; Kelly Aparecida dos Santos representante do Centro
397 Cultural Escrava Anastácia – CCEA e Maria Joana Zucco representante da Pastoral
398 da Pessoa Idosa. Dado por encerrada a reunião eu Roseane Zacchi e Lucimara
399 Poletti, estagiária do CEAS –, lavramos a presente ATA.